



O brincar e as necessidades especiais na última década: uma revisão sistemática da literatura

Renata Giuliani Endres¹; Maúcha Sifuentes²

Resumo: As relações sociais com pares, por meio da brincadeira, mostra-se importante para o desenvolvimento da criança com necessidades especiais. O presente estudo buscou realizar um levantamento bibliográfico de pesquisas relacionadas à brincadeira e às necessidades especiais na última década. O método compreendeu a revisão sistemática da literatura, através do levantamento de pesquisas em bases de dados (SciELO, Lilacs e Banco de Teses CAPES), tendo como foco o perfil metodológico das mesmas. Os resultados evidenciaram ênfase em estudos empíricos, de cunho qualitativo, sendo o Espectro Autista o tipo de necessidades especiais mais investigado. A Fonoaudiologia mostrou-se a área de conhecimento com crescente interesse no tema. Concluiu-se que o aprofundamento desses conceitos é relevante para a qualificação de intervenções com este público.

Palavras-chave: brincadeira; necessidades educativas especiais; revisão sistemática.

¹ Doutoranda em Psicologia (UFRGS).

² Professora do curso de Psicologia do Cesuca - Faculdade Inedi. Doutora em Psicologia (UFRGS).

Introdução

A relação da brincadeira infantil com a natureza da própria criança tem reconhecimento histórico, por isso, vem sendo tema de inúmeras pesquisas e estudos ao longo dos anos. Alguns autores afirmam que a brincadeira infantil é a mais autêntica atividade na vida e no desenvolvimento dos sujeitos. É por meio dessa atividade que a criança apreende sua cultura (Schöffel, 2004).

Concepções teóricas sobre o desenvolvimento e educação da criança pequena e, na literatura em geral, abordam a brincadeira como um importante recurso na construção de conhecimentos e desenvolvimento integral desses sujeitos. Além disso, é a atividade que faz parte do cotidiano de qualquer criança: independente do local onde vive, dos recursos disponíveis, do grupo social e da cultura da qual faça parte, todas as crianças brincam (Bruner, 1986; Dubar, 1999; Pontes & Magalhães, 2003; Silva, 2003; Vygotsky, 1933/1994).

Segundo Brougère (1998), a brincadeira é uma atividade dotada de uma significação social precisa e não uma dinâmica interna, portanto, pressupõe uma aprendizagem. A constituição social do brincar é enfatizada na teoria histórico-cultural de Vygotsky, caracterizando-se como parte do processo do desenvolvimento cultural da criança (Vygotsky, 1933/1994). O autor atribui importância ao brincar, inclusive, no processo de desenvolvimento global do pré-escolar e propõe que a brincadeira desvela as tendências de desenvolvimento da criança.

Da mesma forma, Bruner (1986) afirma que a brincadeira proporciona o desenvolvimento intelectual da criança, promovendo um espaço de exploração e invenção. A brincadeira possibilita à criança em idade pré-escolar o envolvimento em um processo criativo, recriando aspectos do mundo adulto e de suas vivências sociais, agindo além das suas competências habituais e do seu comportamento diário. A própria condição social da

criança a motiva a participar e entender o mundo da cultura, fazendo-a reproduzir e criando aspectos do seu mundo real nas brincadeiras.

Porém, apesar de os primeiros pontos de apoio para a futura criação estarem na interação com seu meio e do que ela se apropria, a criança não repete tudo que ouve e vê. O que ela imagina, mesmo quando se reporta à realidade, apresenta algo de criativo, muitas vezes, inaugural (Silva, 2006).

Quando se trata de crianças com necessidades especiais, a brincadeira é evidenciada como um espaço onde são possibilitadas a estimulação e a criação de um ambiente facilitador de desenvolvimento. O estabelecimento de relações sociais com parceiros, mediadas por adultos, por meio da brincadeira, mostra-se importante para o processo de construção e transformação da criança com necessidades especiais.

Nessa perspectiva, Silva (2003) realizou uma revisão sobre o tema da brincadeira de crianças com deficiência, a qual demonstrou a brincadeira como recurso facilitador para o desenvolvimento dessas crianças. O estudo apontou, ainda, quando se encontram numa situação de brincadeira, as crianças ousam tentar novas alternativas e tendem a tomar iniciativas sem preocupação de atingir ou não um resultado. Portanto, a autora afirma que a atividade lúdica é importante para crianças com deficiência, já que estas, frequentemente, vivenciam situações de fracasso no desempenho de diferentes tarefas. De qualquer forma, a brincadeira de crianças com deficiência evolui mais lentamente que em crianças com desenvolvimento típico, ainda que seguindo as mesmas etapas de desenvolvimento.

Para Vygostsky (1931/1995), não se pode estabelecer limites *a priori* para as pessoas que possuem algum tipo de deficiência. O autor afirma que “o que decide o destino da pessoa, em última instância, não é o defeito em si mesmo, mas suas conseqüências sociais, sua realização psico-social (sic)” (p. 19). O desenvolvimento é um processo cultural, em que o

funcionamento do sujeito tem sua origem e se transforma nas relações sociais (Vygostsky, 1931/1995).

Alguns estudos vêm demonstrando que, dependendo das formas de interação estabelecidas entre os participantes do grupo, são propiciados o favorecimento da compreensão de mundo e da conceitualização do real, o refinamento da capacidade para imaginar, criar situações ficcionais e organizar brincadeiras. Além disso, sugerem que a interação, mediada por adultos que ajam como facilitadores no contexto lúdico, possibilita o estabelecimento de um ambiente favorável às múltiplas elaborações das crianças com necessidades especiais e favorece a promoção de seu desenvolvimento (Hueara e cols., 2006; Pinto & Góes, 2006; Souza & Batista, 2008).

Portanto, o “destino” da criança com deficiência dependerá muito mais das suas relações com outros sujeitos, do seu engajamento em diferentes esferas de atividade da cultura e da qualidade das suas experiências. O sujeito, ao inserir-se na vida coletiva, encontra as bases para a constituição das suas funções internas, fazendo-se indivíduo (Pinto & Góes, 2006).

Tendo em vista a importância da brincadeira para o desenvolvimento de qualquer criança, apresentando necessidades especiais ou não, justifica-se o interesse em abordar essa temática e averiguar os rumos que as pesquisas tomaram no contexto nacional. Para tanto, o presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura acerca da brincadeira e das necessidades especiais no período de 2000 a 2010. Assim, torna-se parte deste, o resgate das contribuições teóricas brasileiras sobre o tema da brincadeira e das necessidades especiais, a identificação das possibilidades metodológicas utilizadas e os principais achados da literatura da área.

Método

Este estudo buscou realizar uma revisão sistemática da literatura acerca da brincadeira e necessidades especiais na última década. Especificamente, o foco referia-se às produções bibliográficas brasileiras no período de 2000 a 2010. Para tanto, realizou-se uma busca nas publicações indexadas nas bases de dados Scielo (www.scielo.org), Lilacs (regional.bvsalud.org) e Banco de Teses e Dissertações da CAPES (www.capes.gov.br).

Os descritores (palavras-chave) para a busca foram os seguintes: “brincadeira”, “brincar” e “jogo”, combinados aos termos “necessidades especiais” e “transtornos do desenvolvimento”, totalizando seis combinações. Não foram encontradas outras palavras-chave que pudessem estar relacionadas ao tema de interesse, não sendo incluídos novos descritores no estudo. Foram excluídos artigos que não apresentaram resumo, aqueles em que os temas não eram pertinentes aos termos de interesse (descritores) e os que estavam fora do período investigado.

O material para análise foi selecionado a partir da leitura prévia dos resumos encontrados, utilizando-se os critérios para inclusão das referências, sendo assim constituído. Para a sistematização das informações, realizou-se a leitura de tais resumos e a hierarquização das informações referentes ao perfil metodológico presente no material coletado.

A sistematização dos estudos foi realizada a partir do uso de categorias dadas *a priori*, bem como de categorias geradas a partir da busca nas bases de dados. Para traçar o perfil metodológico dos artigos foram empregadas sete subcategorias de análise: (a) bases de dados; (b) ano de publicação; (c) tipos de estudos; (d) abordagem; (e) participantes, (f) tipo de necessidades especiais; (g) técnicas de coleta de dados; (h) área de conhecimento.

Encontraram-se 121 estudos a partir das combinações dos descritores. Descartaram-se 76 trabalhos considerados não-pertinentes, os quais não apresentaram resumo, não

correspondiam aos termos pesquisados, estavam fora do período investigado ou eram repetidos (16). Dessa forma, foram utilizados na análise 45 resumos de artigos.

Resultados

Para investigar como a brincadeira tem sido estudada no campo das necessidades especiais, foi realizada uma consulta às bases de dados Scielo, Lilacs e Banco de Teses da CAPES. Utilizaram-se os descritores anteriormente citados para averiguar a incidência de estudos brasileiros sobre a temática entre os anos 2000 e 2010. Os resultados serão apresentados a partir de dois eixos, quais sejam, levantamento do perfil metodológico e principais achados dos estudos.

Levantamento do perfil metodológico dos estudos

As publicações foram investigadas a partir das seguintes categorias: (a) bases de dados; (b) ano de publicação; (c) tipos de estudos; (d) abordagem; (e) participantes, (f) tipo de necessidades especiais; (g) técnicas de coleta de dados; (h) área de conhecimento.

Em relação às bases de dados, a maior parte das publicações pertence ao Banco de Teses da CAPES, totalizando 64,44% do material analisado, seguidos por 33,33% de trabalhos encontrados na base Lilacs e apenas 2,22% na Scielo. A distribuição entre as bases de dados pesquisadas pode ser vista na Tabela 1.

Tabela 1

Distribuição dos Artigos nas Bases de Dados

Bases de dados	Frequência
Banco de teses e dissertações CAPES	64,44% (29)
Lilacs	33,33% (15)
Scielo	2,22% (1)
Total	100% (45)

As publicações dos estudos tiveram uma maior concentração em 2004, ano em que foram encontrados 10 trabalhos (22,22%); em 2006, contabilizando 9 (20%) artigos publicados e em 2007, 7 (15,56%) trabalhos publicados. Em contraste com esses números, os anos de 2003, 2008 e 2010 apresentaram apenas 1 (2,22%) publicação cada. Já em 2001 e 2009 os resultados apresentam 4 (8,89%) trabalhos na área. Nos anos 2002 e 2005 os resultados mostram 3 publicações (6,67%) e em 2000, 2 (4,44%) publicações. A Figura 1 apresenta os estudos por ano de publicação e as referentes bases de dados.

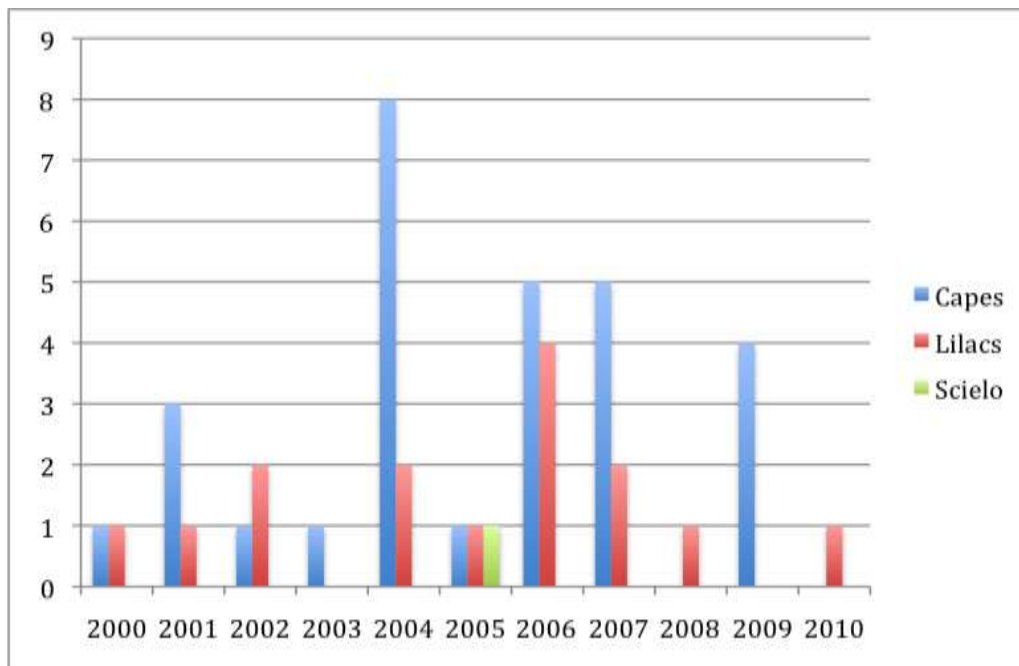


Figura 1. Artigos por ano de publicação e base de dados.

Os resultados encontrados com relação aos tipos de estudos mostraram que grande parte das publicações é caracterizada por estudos empíricos, contrastando com o número de revisões e outros tipos de trabalhos. Totalizaram 93,33% (42) os estudos empíricos, enquanto apenas 6,67% (3) foram revisões.

Os dados mostraram que, dentre as abordagens utilizadas, mais da metade (53,33%) dos trabalhos são de cunho qualitativo, seguidos de estudos quantitativos (26,67%). Os trabalhos que apresentaram abordagem quali-quanti totalizam um percentual de 13,33%, e os demais estudos (6,67%) não apresentaram em seus resumos as abordagens metodológicas utilizadas.

No que se refere aos participantes, como se pode constatar na Tabela 2, houve a predominância de 21 estudos com crianças como sujeitos, representando desse total 38,18%. Além disso, algumas publicações referem-se ao contexto escolar, sendo que 16,36% (9), em relação ao número total de estudos, foram realizados com alunos e 9,09% (5), com educadores. Com o percentual de 9,09% (5) foram representadas as subcategorias mães e filhos e educadores; 5,45% (3) outros. As demais subcategorias apresentaram 1,82% (1) cada, quais sejam: mães; educadores e crianças; irmãos; colegas; pais de crianças com necessidades especiais; terapeutas; criança, terapeuta e animal; jovens; administradores; modelos animais; adulto; famílias e crianças. É importante salientar que a subcategoria Crianças está separada da subcategoria Alunos, porque se tratam de estudos em que o foco central era o ambiente escolar como facilitador do processo de desenvolvimento, as relações existentes nesse contexto, a investigação da efetividade de intervenções pedagógicas e educacionais, além de existirem pesquisas em que os alunos eram adolescentes e adultos. Já as crianças apareciam como foco de estudo em contextos diferenciados, como em ambiente terapêutico, hospitais, instituições voltadas para pessoas com necessidades especiais e, até mesmo, suas casas. A subcategoria Educadores está separada da subcategoria Educadores/crianças, por existirem estudos que investigaram questões voltadas para as concepções de professores acerca da Educação Especial, bem como da qualificação para o trabalho com crianças com deficiência. Por sua vez, a subcategoria Educadores/crianças relaciona-se aos estudos em que o foco é a investigação da interação entre ambos, do papel do educador no processo de desenvolvimento

da criança, etc. Destaca-se, ainda, que, em alguns resumos, mais de uma subcategoria de participante foram mencionadas. Nesses casos, todas as subcategorias utilizadas foram consideradas no levantamento. Por esse motivo, o número de registros de subcategorias de participantes é maior do que o número total de estudos empíricos, considerados para a análise desta categoria.

Tabela 2

Distribuição dos Participantes

Tipos de Necessidades especiais	Frequência
Crianças	38,18% (21)
Alunos	16,36% (9)
Mães/filhos	9,09% (5)
Educadores	9,09% (5)
Outros	5,45% (3)
Mães	1,82% (1)
Educadores/crianças	1,82% (1)
Irmãos	1,82% (1)
Colegas	1,82% (1)
Pais/filhos	1,82% (1)
Terapeutas	1,82% (1)
Criança/terapeuta/animal	1,82% (1)
Total	100% (55)

De maneira geral, a categoria Tipo de Necessidades Especiais não apresentou grandes contrastes. Os 45 estudos apresentaram 54 ocorrências nessa categoria, contabilizando-se nesse total 7,41% das pesquisas em que a subcategoria Sem Deficiência apareceu. O número de estudos referindo o Espectro Autista representa 16,67% das publicações, seguidos por 12,96% de estudos que não especificaram qual tipo de necessidade especial estava sendo abordada (subcategoria 'Deficiência Não Especificada'), tratando as necessidades especiais como um todo. Produções que se incluem nas subcategorias Síndrome de *Down*, Paralisia Cerebral, Deficiência Física e Dificuldades de Aprendizagem representaram, cada, 7,41% do total de ocorrências. Os tipos de necessidades restantes apresentaram 5,56% de ocorrências

cada, representadas por Deficiência Auditiva, Deficiência Intelectual, Deficiência Mental Não-Especificada, TDAH e Outras. Transtornos de Linguagem significaram 3,70% dos estudos e Deficiência Visual representou 1,85% das ocorrências. Esses resultados serão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3

Distribuição dos Tipos de Necessidades Especiais

Tipos de Necessidades especiais	Frequência
Espectro Autista	16,67% (9)
Deficiência não especificada	12,96% (7)
Sem deficiência	7,41% (4)
Síndrome de <i>Down</i>	7,41% (4)
Paralisia Cerebral	7,41% (4)
Deficiência Física	7,41% (4)
Dificuldades de aprendizagem	7,41% (4)
Deficiência Auditiva	5,56% (3)
Deficiência intelectual	5,56% (3)
Deficiência Mental não especificada	5,56% (3)
TDAH	5,56% (3)
Outras	5,56% (3)
Transtornos de Linguagem	3,70% (2)
Deficiência Visual	1,85% (1)
Total	100% (54)

Dentre as técnicas de coleta, as publicações que utilizam filmagens destacaram-se dentre as demais, apresentando 14 ocorrências das 65 existentes. A observação também foi bastante utilizada se comparada aos demais tipos de coletas encontrados, com 11 registros. Seguindo este resultado, encontraram-se 7 estudos em que não constam quais técnicas de coleta de dados foram utilizadas. A distribuição completa das frequências das técnicas de coleta de dados pode ser observada na Tabela 4. Chama a atenção o número de produções que não apresentaram os tipos de técnicas de coletas de dados utilizadas em suas pesquisas, deixando uma lacuna importante nos resumos levantados. Além disso, cabe ressaltar que em alguns resumos foi mencionada a utilização de mais de uma técnica de coleta. Nesses casos,

todas as técnicas utilizadas foram consideradas no levantamento, por esse motivo, como pode ser visto na Tabela 4, o total da técnica de coleta ultrapassa o número de estudos empíricos.

Tabela 4

Distribuição das Técnicas de Coleta de Dados

Técnicas de coleta de dados	Frequência
Filmagem	21,54% (14)
Observação	16,92% (11)
Não consta	10,77% (7)
Entrevista	7,69% (5)
Escalas/Testes psicométricos	7,69% (5)
Prontuários/ livros de registro/diário de campo	6,15% (4)
Análise documental	6,15% (4)
Grupos focais/relatos de grupos	4,62% (3)
Questionário	3,08% (2)
Oficinas	3,08% (2)
Exames laboratoriais/medidas antropométricas	3,08% (2)
Programa terapêutico	3,08% (2)
Experimentos	1,54% (1)
Levantamento/inquérito populacional	1,54% (1)
Narrativas	1,54% (1)
Avaliação multidisciplinar	1,54% (1)
Total	100% (65)

Por fim, os resultados da categoria Área de Conhecimento destacaram com maior número de ocorrências os trabalhos realizados na área da Psicologia, com 26,67% dos resumos levantados. A Educação contou, também, com um número expressivo de estudos, contabilizando 22,22% da análise. Destaca-se, ainda, a Fonoaudiologia como área de conhecimento com crescente interesse no assunto, com também 22,22% das publicações. As subcategorias Educação Física e Educação Especial representaram 6,67% dos resultados. O percentual de 4,44% dos trabalhos não apresentam as áreas de conhecimentos de interesse em seus resumos (subcategoria Não Consta). As áreas de conhecimento Enfermagem, Terapia Ocupacional, Ciências da Computação, Ciências da Saúde e Saúde Coletiva apresentaram apenas 2,22% dos trabalhos por área dentre os levantados.

Principais achados dos estudos

Como observado, os estudos levantados contribuem para diversas áreas de conhecimento a partir de distintas abordagens metodológicas. Alguns se destacam com achados que vem contribuindo com reflexões teóricas e implicações para a intervenção na temática das necessidades especiais e brincadeira.

Nesse sentido, o trabalho de Souza e Batista (2008) abordou a interação entre crianças com necessidades especiais em contexto lúdico. A pesquisa consistiu em verificar o papel dos parceiros, em situação de brincadeira, no processo de desenvolvimento de crianças de 4 a 12 anos com deficiência visual, muitas com problema orgânicos adicionais e dificuldades de aprendizagem. Os resultados apontaram para a importância da interação entre pares no processo de desenvolvimento das crianças com necessidades especiais, evidenciando a situação de brincadeira como espaço favorável na construção dessas interações.

É interessante verificar que a pesquisa dessas autoras se propõe a investigar o lugar que a brincadeira ocupa no processo de desenvolvimento de crianças que possuem algum tipo de deficiência. Nota-se que não somente a brincadeira se apresenta como fator estimulador do crescimento intelectual, social, emocional, mas, fundamentalmente, das relações existentes nesse contexto que possibilitam e impulsionam esse processo.

A fim de contribuir com implicações práticas, Misquiatti e Brito (2010) realizaram um trabalho que descreveu o processo de intervenção fonoaudiológica, através de um estudo longitudinal, por meio de acompanhamento de dois casos ao longo de 4 anos de intervenção. Os participantes da pesquisa foram dois irmãos: um com Autismo e o outro com Transtorno Invasivo do desenvolvimento Sem Outra Especificação. A intervenção consistiu em sessões de terapia filmadas, análise documental, exames e avaliações multidisciplinares. Em ambos os casos, os meninos apresentaram melhora no contato visual, na interação social, no vocabulário e na brincadeira simbólica. Os resultados confirmaram a relevância do trabalho

fonoaudiológico em intervenções nos transtornos globais do desenvolvimento, bem como sua importância junto à equipes multidisciplinares e discussão diagnóstica.

A Fonoaudiologia tem contribuído significativamente com pesquisas voltadas para o campo da comunicação de crianças com necessidades especiais. Goldfeld e Chiari (2005) desenvolveram um estudo cujo tema foi a importância da brincadeira e sua avaliação para a terapia da criança surda. O objetivo da pesquisa era analisar como ocorre a organização da brincadeira entre mães ouvintes e filhos surdos, como esta pode ser analisada e sua relação com a aquisição da linguagem. Por meio da análise de gravações de 6 crianças surdas em situação de brincadeira com as suas mães, os autores concluíram que a brincadeira pode ser um bom parâmetro de avaliação, servindo como instrumento mediador da terapia para crianças surdas.

Assim como tem-se visto o crescente interesse da fonoaudiologia acerca do tema das necessidades especiais, a área da educação tem recebido maior atenção dos pesquisadores que procuram investigar as concepções de professores acerca do tema da Educação Especial. A pesquisa realizada por Alencar (2004) investigou, através de entrevistas semiestruturadas, as concepções de professores do ensino especial acerca do papel da brincadeira no processo de desenvolvimento de crianças com necessidades especiais de 0 a 3 anos e 11 meses de idade. Os resultados evidenciaram uma lacuna, segundo os professores, da formação acadêmica no aperfeiçoamento para a mediação, por meio da brincadeira, da promoção do desenvolvimento dessas crianças. Segundo a autora, essa realidade pode ser um fator limitador dos benefícios oriundos da utilização da brincadeira em sala de aula, possivelmente tornando deficitário o desenvolvimento das potencialidades socioafetivas, cognitivas e motoras dessas crianças. Dessa forma, o estudo concluiu que os professores possuem um conhecimento pedagógico sobre o exercício da brincadeira a partir de uma construção pessoal da sua prática, a qual não se encontra alicerçada por teorias específicas acerca do tema.

Esse estudo destaca-se por desvelar a realidade em que se encontram os educadores e a educação no Brasil em torno do tema da Educação Especial. Verifica-se que o papel do educador como facilitador do desenvolvimento das potencialidades das crianças com necessidades especiais poderia ser otimizado. Além disso, há um descompasso nos os rumos que a Educação Especial vem tomando no contexto brasileiro, tendo em vista a crescente mobilização acerca da temática e o sentimento de despreparo vivenciado pelos educadores (Sant'anna, 2005).

Através da análise das publicações, de maneira geral, destacaram-se os estudos que abordam a brincadeira como método de intervenção junto às necessidades especiais (Goldfeld & Chiari, 2005; Guimarães, Pereira & Emel, 2002; Souza & Batista, 2008; Teodoro & Horta, 2004) e como um meio propício para a realização de estudos no contexto infantil (Befi-Lopes, Rodrigues & Rocha, 2004; Olivetti, 2000). A partir disso, analisa-se que os autores utilizam a brincadeira por esta proporcionar um ambiente motivador e facilitador de comportamentos espontâneos das crianças - muitas vezes foco das pesquisas. Além disso, encontram-se estudos voltados para a área da comunicação (Frias e cols., 2008; Goldfeld & Chiari, 2005; Porto, Limongi, Santos & Fernandes, 2007) desenvolvidos na sua maioria pela fonoaudiologia, área que vem demonstrando um crescente interesse nas questões do campo das necessidades especiais.

De outro modo, no âmbito da Psicologia, os estudos objetivam gerar conhecimento teórico acerca da relação entre brincadeira e necessidades especiais. Por sua vez, na área da Educação, as investigações concentram-se em tópicos como interações entre pares, concepções dos educadores acerca do tema, inclusão e mediação pedagógica. As pesquisas têm demonstrado que esses são assuntos atuais sobre os quais muito ainda tem-se que evoluir.

Discussão

O presente estudo teve como objetivo realizar uma revisão sistemática acerca da brincadeira e das necessidades especiais na última década, a fim de vislumbrar um panorama sobre o tema no Brasil. O interesse por estudos dirigidos à brincadeira toma maior importância à medida que esta é estabelecida, entre os mais importantes autores, como atividade que incentiva a interação entre pares e a resolução construtiva de conflitos. Além disso, possui papel importante na formação de um cidadão crítico e reflexivo, possibilitando o desenvolvimento global das crianças (Branco, 2005).

Porém, quando se pretende analisar conjuntamente o papel que a brincadeira possui no desenvolvimento de crianças com necessidades especiais, não são encontrados muitos estudos que investiguem o tema. É possível que haja uma cisão no estudo dessa temática, podendo haver, de um lado, muitas pesquisas que abordem a brincadeira como parte do desenvolvimento do indivíduo, e, de outro, que tratem das necessidades especiais. Dessa forma, avalia-se que essa seja uma possível justificativa para poucas publicações terem sido encontradas, tendo em vista que a análise contemplou uma década de pesquisas na área. O período contemplado pode ser considerado extenso se comparado a outras revisões sistemáticas da literatura, as quais analisam períodos que muitas vezes não passam de cinco anos.

Os achados desta pesquisa são fruto da análise somente dos resumos encontrados nas buscas eletrônicas. Isso explica uma possível redução no número de categorias abordadas no trabalho, bem como os temas escolhidos para formá-las, já que as informações contidas em tais resumos apenas permitem um panorama geral de cada publicação. Por esse motivo, o perfil metodológico foi o alvo do estudo, para que se possa, neste momento, fazer um levantamento das pesquisas realizadas no país.

Percebeu-se uma diferença importante com relação ao número de publicações nos anos investigados. Como forma de ilustrar, ressalta-se que em 2004 houve 10 publicações, contrastando com anos como 2003, 2008 e 2010, os quais apresentaram apenas 1 publicação por ano. Analisa-se que esse dado demonstra que não há uma consistência significativa no interesse pelo tema. De modo geral, observou-se um número reduzido de pesquisas brasileiras que relacionem os temas abordados no presente trabalho, tendo-se em conta o intervalo de tempo a que se propõe investigar.

Porém, Nunes, Ferreira e Mendes (2004) afirmam que:

(...) pode-se verificar, desde meados dos anos 1980, o crescente interesse em debates sobre a produção e disseminação do conhecimento em Educação Especial no Brasil, que indicam, de modo geral, a ampliação processual na produção de investigações sobre os indivíduos com necessidades especiais na realidade nacional (p. 2).

Nesse sentido, diversos autores produziram estudos dirigidos à avaliação da produção científica em diferentes áreas sobre o tema das necessidades especiais (Ferreira, 1991; Jesus & Baptista, 2006; Manzini, Paulino, Corrêa, Silva & Lopes, 2006; Nunes e cols., 2004). Nunes e cols. (2004) realizaram uma análise sobre a produção discente dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação e Psicologia, ligada ao indivíduo com necessidades educacionais especiais. Os autores recuperaram os textos de teses e dissertações, constituindo, a partir de um roteiro de análise, uma síntese da distribuição das pesquisas segundo tema, população-alvo, metodologia de pesquisa, local e concepção de deficiência. O levantamento permitiu concluir que a produção ocorreu predominantemente em universidades públicas, com maior concentração na Educação do que na Psicologia, áreas em que predominam as pesquisas descritivas, utilizando predominantemente categorias específicas. Além disso, as pesquisas ocorreram em sua maioria em escolas especiais, onde se destacou a deficiência

mental e as crianças em idade escolar entre 7 e 12 anos são a faixa etária preferencial destes estudos. A concepção de deficiência/diferença manifesta nos trabalhos caracteriza-se como psicoeducacional.

Os achados dos autores mencionados não são semelhantes aos resultados encontrados nesta pesquisa. Em relação à área de conhecimento, encontrou-se um número maior de publicações em Psicologia do que Educação, apesar dessa diferença ser muito pequena. Isso pode ser explicado por terem sido separados os trabalhos realizados especificamente pela área da Educação Especial e Educação Física as quais representam subcategorias, devido ao número importante de pesquisas encontradas no presente estudo.

Segundo Nunes e cols. (2004), existe um interesse particular em relação às problemáticas referentes à Educação Especial, que permeia os esforços dos diversos profissionais ligados direta ou indiretamente a essa área da Educação. Assim, são inúmeras as indagações enfrentadas por psicólogos, fonoaudiólogos, educadores, entre outros profissionais, no que se refere à temática, justificando, a partir da década de 80, um notável crescimento no número de pesquisas em Educação Especial.

Uma área de conhecimento que vem demonstrando um crescente interesse no campo das necessidades especiais é a Fonoaudiologia, como evidenciou o resultado anteriormente exposto. Diversos trabalhos realizados por fonoaudiólogos utilizam a situação de brincadeira livre como parte da metodologia utilizada em suas pesquisas, mas também avaliam a brincadeira como proposta de intervenção para o desenvolvimento do potencial de crianças com necessidades especiais (Goldfeld & Chiari, 2005).

A área da Psicologia destaca-se, também, com um grande número de produções, dentre os estudos levantados, que abordam a brincadeira e as necessidades especiais. Evidencia-se, portanto, o interesse crescente sobre o assunto entre os psicólogos pesquisadores. Silva (2003), em um estudo teórico sobre o tema da brincadeira de crianças

com deficiência, enfatiza alguns autores que avaliam essa atividade como recurso favorecedor do desenvolvimento dessas crianças. A autora afirma que a atividade lúdica é importante para crianças com deficiência, pois estas se aventuram a novas alternativas e tendem a tomar iniciativas sem preocupação de atingir ou não um resultado, deixando de lado a frustração pelo fracasso vivenciado em diferentes tarefas.

No que concerne aos tipos de necessidades especiais investigadas, pode-se evidenciar que o espectro autista se destaca como um dos tópicos de maior interesse, apesar de terem sido verificados diversas publicações que envolveram mais de um tipo de necessidades especiais. Muitos pesquisadores têm se preocupado em entender este transtorno, tendo em vista o número crescente de casos que acometem crianças por todo o mundo.

Segundo Fombonne (2009), o espectro autista está presente em cada 60-70/10,000 indivíduos, o que o torna um dos transtornos neurodesenvolvimentais mais frequentes na infância. No Brasil, uma estimativa recente de casos existentes foi realizada, com base no Censo Demográfico de 2000, a partir de uma prevalência de 0,7%, valor estabelecido por estudos epidemiológicos. Na faixa etária de 0 a 4 anos, considerando-se um número absoluto de 165.386.239 crianças, foi estimado que 114.704 poderiam apresentar TEA (Fombonne, 2010). Essas informações podem justificar o motivo do crescente interesse no assunto.

De acordo com Klin (2006), as discussões científicas atuais na área ainda são permeadas por controvérsias. Porém, na literatura são enfatizadas, dentre tantos questionamentos e delineamentos de estudos, as necessidades e os desafios enfrentados pelos indivíduos acometidos por esse transtorno, independente dos debates ainda presentes na comunidade científica.

Apesar do grande número de trabalhos que estudam o espectro do autismo, o interesse nos mais diversos tipos de necessidades especiais vem aumentando entre os pesquisadores. Pode-se verificar que diversos estudos abordam mais de um tipo de deficiência, buscando,

pesquisa, por exemplo, mães, irmãos e educadores, demonstrando o enfoque em outros âmbitos como o das relações familiares e escolares.

Considerações finais

Buscou-se realizar, neste estudo, um levantamento das publicações brasileiras sobre o tema da brincadeira e das necessidades especiais, dos anos de 2000 a 2010. Avalia-se que uma das principais contribuições deste trabalho foi a possibilidade de se identificar as relações entre a brincadeira e as necessidades especiais, bem como os métodos empregados na investigação desses conceitos. Os termos investigados aparecem relacionados de diversas formas, que vão desde o uso da brincadeira como técnica de coleta de dados das pesquisas empíricas à utilização de jogos como método de intervenção no tratamento de crianças com algum tipo de deficiência. Além disso, atualmente, muitos autores entendem a brincadeira como um fator indispensável para o desenvolvimento de potencialidades de crianças com necessidades especiais.

Como os resultados indicaram, ainda são poucos os estudos nacionais que abordam os conceitos acima mencionados. Pode-se pensar que os temas abordados neste estudo estejam ainda, na realidade brasileira, em um estágio inicial. Dessa forma, tornam-se necessárias novas pesquisas nas diversas áreas que tenham este foco.

Por fim, ressalta-se a necessidade da elaboração de políticas públicas direcionadas à produção e divulgação de conhecimento em torno das necessidades especiais no Brasil. Dentro disso, destaque se confere à brincadeira e sua aplicabilidade nos mais diversos espaços de promoção de desenvolvimento das crianças com necessidades especiais. Para tanto, faz-se necessário, por parte dos profissionais da área, maior esclarecimento, qualificação e aprofundamento acerca do tema da brincadeira e das necessidades especiais. Dessa forma, cria-se a possibilidade desses conceitos serem utilizados como ferramenta na busca de

resultados positivos nas intervenções disponibilizadas e na qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais e suas famílias.

Referências

- Batista, M. W., & Enumo, S. R. F. (2004). Inclusão escolar e deficiência mental: Análise da interação social entre companheiros. *Estudos de Psicologia*, 9(1), 101-111.
- Befi-Lopes, D. M., Rodrigues, A., & Rocha, L. C. (2004). Habilidades linguístico-pragmáticas em crianças normais e com alterações de desenvolvimento de linguagem. *Pró-fono*, 16(1), 57 – 66.
- Branco, A. U. (2005). Peer interactions, language development and metacommunication. *Culture & Psychology*, 11(4), 415-430.
- Brougère, G. (1998). *Brinquedo e cultura*. (2 ed.). São Paulo: Cortez.
- Bruner, J. (1986). Juego, pensamiento y language. *Perspectivas*, 16(1), 79-86.
- Chizzotti, A. (2003). A pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: Evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, 16(2), 221-236.
- Dubar, C. (1999). *La socialisation: Construction des identités sociales et professionnelle*. Paris: A. Colin.
- Ferreira, J. R. (1991). Pesquisa no contexto da política em Educação Especial. *Seminário Brasileiro de Pesquisa em Educação Especial*, 2(1), 8-11.
- Fombonne, E. (2009). Epidemiology of pervasive developmental disorders. *Pediatric Research*, 65(6), 591-598.
- Fombonne, E. (2010, April). Epidemiology of autism. Paper presented at the 1o. Encontro Brasileiro para Pesquisa em Autismo, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Frias, V. A., Cárnio, M. S., Matas, C. G., Leite, R. A., Carvallo, R. M., & Neves, I. F. (2008). Distúrbios de leitura e escrita em portadora do vírus da imunodeficiência humana: Estudo de caso. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, 13(2), 179- 85.
- Goldfeld, M., & Chiari, B. M. (2005). O brincar na relação entre mães ouvintes e filhos surdos. *Pró-fono*, 17(1), 77-88.
- Guimarães, A. A., Pereira, E. C., & Emel, M. L. (2002). A brincadeira simbólica nas situações lúdicas de crianças com necessidades especiais e crianças normais. *Temas de Desenvolvimento*, 11(62), 5 – 13.

- Hueara, L., Souza, C. M. L., Batista, C. G., Melgaço, M. B., & Tavares, F. S. (2006). O faz-de-conta em crianças com deficiência visual: Identificando habilidades. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 12(3), 351-368.
- Jesus, D. M., & Baptista, C. R. B. (2006). Educação Especial, pesquisa e inclusão escolar: Breve panorama de algumas trajetórias, trilhas e metas no contexto brasileiro. Em D. M. Jesus, C. R. B. Baptista, & S. L. Victor (Orgs.), *Pesquisa e Educação Especial: Mapeando produções* (pp. 13-38). Vitória: EDUFES.
- Klin, A. (2006). Autismo e síndrome de Asperger: Uma visão geral. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 28(1), 3-11.
- Manzini, E. J., Paulino, V. C., Corrêa, P. M., Silva, M. O. Da. & Lopes, M. A. C. (2006). Análise de dissertações e teses em Educação Especial produzidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP, Marília (1993-2004). *Revista Educação Especial*, 2, 341-359.
- Misquiatti, A. R., & Brito, M. C. (2010). Terapia de linguagem de irmãos com Transtornos Invasivos do Desenvolvimento: Estudo longitudinal. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, 15(1), 134-139.
- Nunes, L. R. O. P., Ferreira, J. R., & Mendes, E. G. (2004). A produção discente da Pós-graduação em Educação e Psicologia sobre o indivíduo com necessidades educacionais especiais. Em E. G. Mendes, M. A. Almeida, & L. C. A. Williams (Orgs.), *Temas em Educação Especial: Avanços recentes* (pp.131-142). São Carlos: Edufscar.
- Olivetti, C. E. (2000). *A arte de brincar e construir a leitura e a escrita*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Pinto, G. U., & Góes, M. C. R. (2006). Deficiência mental, imaginação e mediação social: Um estudo sobre o brincar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 12, 11-28.
- Pontes, F. A. R., & Magalhães, C. M. C. (2003). A transmissão da cultura da brincadeira: Algumas possibilidades de investigação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 117-124.
- Porto, E., Limongi, S. C. O., Santos, I. G., & Fernandes, F. D. M. (2007). Amostra de filmagem e análise da pragmática na Síndrome de Down. *Pró-fono*, 19(2), 159-166.
- Sant'anna, I. M. (2005). Educação inclusiva: Concepções de professores e diretores. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 227-234.
- Schöffel, L. W. (2004). A importância da brincadeira no processo de desenvolvimento da criança pré-escolar. *Psicopedagogia Educação e Saúde*, Retirado em 18 de Janeiro 2010, de <http://www.psicopedagogia.com.br>
- Silva, C. C. B. (2003). *O lugar do brinquedo e do jogo nas escolas especiais de educação infantil*. Tese de doutorado não publicada, Universidade de São Paulo. São Paulo.

- Silva, D. N. H. (2006). Surdez e inclusão social: O que as brincadeiras infantis têm a nos dizer sobre esse debate? *Caderno CEDES*, 26(69), 121-139.
- Souza, C. M. L., & Batista, C. G. (2008). Interações entre crianças com necessidades especiais em contexto lúdico: Possibilidades de desenvolvimento. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 12(3), 383-391.
- Teodoro, J. C. O., & Horta, L. R. (2004). A importância das oficinas psicopedagógicas no processo diagnóstico. *Psicologia Argumento*, 22(38), 73 – 76.
- Vygotsky, L. S. (1994). A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores (5 ed., J. Cipolla Neto, L. S. Menna Barreto, & S. C. Afeche. Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1933).
- Vygostki, L. S. (1995). Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. *Obras Escogidas* (Vol. 3, A. Alvarez & P. Del Rio. Trad.). Madri: Visor. (Original publicado em 1931).

